

EDUCAÇÃO PRIVATIZADA: O CASO DE PELOTAS

LUIS EDUARDO DOS SANTOS CELENTE¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹Universidade Federal de Pelotas – luiseceleante@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cossiofatima13@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Constitui-se em um recorte de uma dissertação de mestrado (CELENTE, 2025), que teve como foco a análise das Parcerias Público-Privadas (PPPs) no âmbito da educação pública, com especial atenção às ações realizadas no município de Pelotas/RS entre os anos de 2017 e 2020. Tais parcerias inserem-se em um cenário mais amplo de reconfiguração do papel do Estado, fortemente influenciado por princípios do neoliberalismo e da Nova Gestão Pública – NGP (CÓSSIO, 2018). A crescente inserção de agentes privados na condução de políticas educacionais, especialmente em redes municipais, tem gerado transformações significativas na gestão, na formação docente, no financiamento e na própria concepção de educação.

No Brasil, a institucionalização das PPPs foi viabilizada por um conjunto de dispositivos legais desde os anos 1990, permitindo que organizações privadas — com ou sem fins lucrativos — estabeleçam convênios e contratos com instituições públicas para oferta de serviços em várias áreas. No contexto do Rio Grande do Sul, essa lógica se fortalece com normativas estaduais que estimulam tais arranjos, consolidando um modelo de governança que desloca responsabilidades do Estado para o mercado, sob a justificativa de modernização e eficiência. Esse modelo ganha força com o ideário da Terceira Via (GIDDENS, 2007), que promove uma atuação ativa da sociedade civil organizada na implementação de políticas públicas, especialmente por meio do terceiro setor.

A pesquisa parte do entendimento de que essas transformações implicam em riscos à gestão democrática e à universalização da educação pública. O discurso da eficiência, associado à crise fiscal do Estado, tem servido de base para justificar a expansão das PPPs, que frequentemente ocultam processos de mercantilização da educação. As parcerias, ao reconfigurarem os limites entre público e privado, colocam em questão a própria natureza das políticas educacionais, uma vez que decisões estratégicas passam a ser influenciadas ou conduzidas por interesses não estatais. Tais mudanças exigem reflexão crítica sobre as formas contemporâneas de gestão e os impactos sobre o direito à educação.

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo analisar como a educação pública municipal de Pelotas tem servido aos agentes privados por meio das PPPs, buscando compreender as motivações, os arranjos institucionais e os efeitos dessas parcerias na rede municipal. A pesquisa adotou como marco teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, combinando análise documental e abordagem qualitativa de cunho analítico-descritivo. Ao mapear as parcerias firmadas entre 2017 e 2020, a investigação buscou identificar quais instituições atuaram em eixos como formação de professores, consultoria em gestão, oferta de vagas na educação infantil e aquisição de materiais e sistemas

apostilados, bem como discutir as implicações dessas práticas para a gestão democrática e o futuro da educação pública.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi fundamentada na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, compreendendo que as relações entre sujeito e objeto de pesquisa são historicamente construídas e socialmente determinadas. Essa abordagem permitiu interpretar criticamente a realidade educacional, considerando as contradições inerentes à atuação do setor privado na esfera pública e os efeitos dessas ações sobre a estrutura e o papel do Estado. A análise partiu do pressuposto de que as parcerias público-privadas são expressões concretas das transformações promovidas pelo neoliberalismo e da lógica da NGP.

Optou-se por uma abordagem qualitativa (Silveira e Córdova, 2009), de natureza analítico-descritiva, que visou compreender em profundidade as práticas relacionadas às PPPs no município de Pelotas/RS entre os anos de 2017 e 2020. O desenho da pesquisa contemplou a descrição e a análise de documentos oficiais e informações extraídas de bancos de dados construído no âmbito da pesquisa interinstitucional coordenada pela UFPel, UFRGS e FURG. O recorte temporal corresponde a um período de gestão municipal, permitindo captar as tendências e mudanças ocorridas no período por concepções gerencialistas.

A análise dos dados foi estruturada a partir de quatro eixos principais: formação de professores, consultoria em gestão, oferta de vagas na educação infantil e aquisição de material didático e sistemas apostilados. Utilizando técnicas filiadas à Etnografia de Rede (BALL, 2014), buscou-se mapear os atores envolvidos nas parcerias e seus modos de articulação, a fim de compreender as formas de governança presentes na gestão educacional. A categorização das parcerias segundo sua natureza institucional, objetivos declarados, tipo de ação e contrapartidas, aliada à análise crítica fundamentada no referencial teórico adotado, permitiu evidenciar os sentidos e os efeitos das PPP na fragilização da gestão democrática da educação pública.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do projeto neoliberal contemporâneo evidencia que a reconfiguração do papel do Estado, a partir da década de 1970, em decorrência da crise fiscal estadunidense, fundamentou-se na adoção de princípios empresariais à gestão pública (IVO, 2013). A NGP, nesse contexto, operou como instrumento de disseminação da racionalidade neoliberal no setor educacional, com ênfase na eficiência, na meritocracia e na avaliação por resultados. No Brasil, essa racionalidade foi institucionalizada por meio de legislações que permitiram a inserção de agentes privados no espaço público, produzindo novos arranjos de governança. Tais diretrizes têm justificado a expansão das PPPs, particularmente em redes municipais, deslocando a responsabilidade estatal para organizações privadas, sob a alegação da qualificação da educação.

Nos processos de privatização analisados (Celente, 2025), observou-se que a lógica de mercado tem incidido sobre os sistemas públicos de ensino por meio da terceirização de serviços, da formação de professores via entidades privadas e da gestão de escolas com apoio de consultorias. Essa tendência compromete a função social da educação e fragiliza o direito universal, uma vez

que interesses privados passam a orientar decisões estruturantes das redes públicas. Os dados indicam que a inserção de empresas e organizações não governamentais no campo educacional não se dá de forma neutra: ela redefine currículos, métodos avaliativos e relações de trabalho, priorizando resultados mensuráveis em detrimento de processos formativos mais amplos. Nesse sentido, a educação pública torna-se vulnerável à lógica da mercantilização, comprometendo sua função emancipadora.

A discussão conceitual sobre democracia revela que as PPPs tensionam os princípios de gestão democrática previstos na Constituição Federal. A participação da sociedade civil (PERONI, 2013), tal como defendida no ideário da Terceira Via, é frequentemente capturada por entidades privadas que, embora se apresentem como representantes do interesse público, operam sob lógicas particulares e empresariais. Isso gera um esvaziamento da noção de democracia participativa, substituída por modelos de governança que privilegiam a tecnocracia e o controle por resultados. A atuação de fundações, ONGs e consultorias evidencia uma transição do poder decisório da esfera estatal para instâncias não eleitas, o que fragiliza os mecanismos de deliberação coletiva sobre as políticas educacionais.

A investigação empírica no contexto dos municípios da AZONASUL, com foco em Pelotas, revelou que, entre 2017 e 2020, a maior parte das PPPs esteve concentrada nos eixos de formação de professores, consultoria em gestão e oferta de vagas na educação infantil. Em Pelotas, especificamente, foram identificadas parcerias com organizações como o SEBRAE, o Yázigi e a Unicred Integração, evidenciando a presença de diversos perfis institucionais. Notou-se, contudo, a ausência de contratos voltados à aquisição de materiais didáticos. As parcerias, embora distintas em suas finalidades, convergem na lógica de transferir funções públicas para o setor privado, reforçando o esvaziamento da autonomia pedagógica das redes e a diluição da responsabilidade do Estado. Os dados demonstram que, sob o pretexto de inovação e modernização, essas parcerias contribuem para a naturalização da presença do mercado na gestão da educação pública e para a despolitização das decisões educacionais.

4. CONCLUSÕES

Ancoradas na lógica da Nova Gestão Pública, essas parcerias introduzem no interior das redes públicas uma racionalidade empresarial que redefine o papel da educação e desloca funções essenciais para organizações privadas. Os resultados demonstram que, entre 2017 e 2020, as PPPs firmadas pela prefeitura de Pelotas concentraram-se em três eixos principais — formação de professores, consultoria em gestão e oferta de vagas na educação infantil —, não havendo registros de parcerias voltadas à aquisição de material didático. Ainda que apresentadas como soluções inovadoras e eficientes, tais ações contribuem para o enfraquecimento da gestão democrática e para a inserção de interesses privados nos processos decisórios das políticas educacionais.

Essa reconfiguração da esfera pública, promovida pelas PPPs, fragiliza os princípios de equidade e universalização do direito à educação ao transformar a escola pública em espaço de circulação de lógicas mercantis e tecnocráticas. O estudo reforça, assim, a necessidade de uma crítica aprofundada às formas contemporâneas de privatização da educação e de defesa de políticas públicas que valorizem a participação social, o controle público e a centralidade do Estado como garantidor de direitos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen John. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG. 2014.

CELENTE, Luis Eduardo dos Santos. **Parcerias Público-Privadas em educação:** um estudo de caso do município de Pelotas. 2025. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025. Disponível em <https://www.guaica.ufpel.edu.br/handle/prefix/16546>.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Revista Educação**, v. 41, p. 66 - 73, 2018. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/29528/16848>

GIDDENS, Antony (Org.). **O debate global sobre a Terceira Via.** São Paulo: UNESP, 2007.

IVO, Andressa Aita. **Políticas educacionais e políticas de responsabilização:** efeitos sobre o trabalho docente, currículo e gestão. 2013. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da Terceira Via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, 2013.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica.** Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.